AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MATO GROSSO DO SUL

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2021

Brasília/DF, 13 de março de 2023

Aos Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MATO GROSSO DO SUL – CAU/MS
Mato Grosso do Sul/MS

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data a auditoria das Demonstrações Contábeis, Financeiras e Patrimoniais do CAU/MS acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2021, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Coorporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF
Sócio Sênior

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 5
1.2 Metodologia 6
1.3 Técnicas de Abordagem 6
1.4 Fontes de Informação 6
1.5 Estudo e Avaliação dos Controles Internos 6
1.6 Principais Procedimentos de Auditoria Aplicados 8

2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA 10
2.1 Estrutura de Controles Internos 10
2.2 Matriz de Risco 11

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS 12

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS 17

5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS 18

6. DIÁRIAS E JETONS 20

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS 20

8. OUTROS ASSUNTOS 20

9. CONCLUSÃO 21

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do mato grosso do sul**, doravante denominado "Autarquia", acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC n˚ 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de n˚s 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da "matriz de risco" decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinaria.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a "Amostragem Sistemática Específica" que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de "Seleção de Auditoria" que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de "Amostragem por Funções e Atributos" na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de "Amostragem Através de Unidades Monetárias" onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nossos trabalhos foram exclusivamente desenvolvidos com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;
- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;
- ✓ Procedemos análise do sistema utilizado pelo CAU/MS para o controle da arrecadação e recolhimento das receitas, verificando o seu grau de segurança e eficácia, principalmente no que se refere à compatibilidade com os dados apresentados com os créditos efetuados pelo banco;
- ✓ Efetuamos análise da documentação (boletos, GRs, borderôs bancários) e dos sistemas de controle de arrecadação e recolhimento das receitas quanto à segurança e eficácia na identificação das origens, à efetivação dos créditos bancários e do compartilhamento;
- ✓ Verificação do controle das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados no que tange às atividades-fim da Instituição;
- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Exame dos procedimentos para realização da despesa, de sua propriedade e oportunidade, da formalização da documentação comprobatória, quanto à observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Avaliação dos documentos comprobatórios das despesas (notas fiscais, faturas e ou recibos) quanto ao atendimento das fases das despesas: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Análise dos processos licitatórios, inclusive dispensa e inexigibilidade, no que diz respeito ao cumprimento das Leis nºs. 8.666/93 e 10.520/02, suas regulamentações e normas acessórias;
- ✓ Verificamos os contratos e seus aditivos, bem como os instrumentos dos convênios e demais instrumentos firmados com terceiros, que resultaram ou resultem no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações, quanto aos seus aspectos legais e normais e ao cumprimento de suas cláusulas;
- ✓ Examinamos os procedimentos para seleção, admissão e dispensa de pessoal, dos controles e registros pertinentes, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, do cumprimento dos direitos e obrigações resultantes da relação entre as partes, de passivos trabalhistas, se houver, e de possíveis riscos trabalhistas;
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extracontábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;

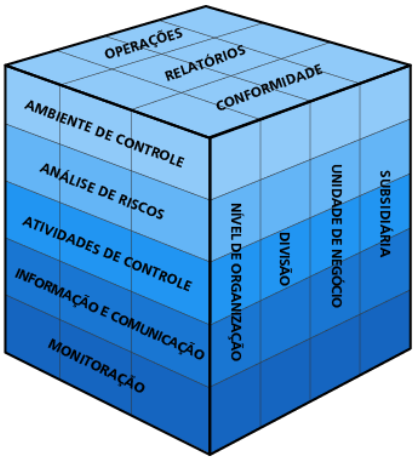
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário, etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CAU/MS) e de seu cumprimento.

2. Resultado das análises de auditoria

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 Melhoria na Estrutura de Controles Internos

Segundo o COSO, controle interno é um processo constituído de 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si e presentes em todos os níveis da organização com foco em três objetivos: operacionais, assegurar relatórios financeiros confiáveis e assegurar conformidade legal/regulatória. Os 5 elementos são:



- ➢ Ambiente de Controle
- ➢ Avaliação e Gerenciamento dos Riscos
- ➢ Atividade de Controle
- ➢ Informação e Comunicação
- ➢ Monitoramento

A partir desse preâmbulo acerca de sua implementação e das especificidades locacionais a que está submetido, é possível ter noção da complexidade em se implementar uma estrutura de controle interno que atenda em sua plenitude os elementos que constituem o processo.

Não obstante os desafios que se apresentam, a partir da análise das informações repassadas, bem como do entendimento acerca dos procedimentos adotados pelo Conselho, com base tanto na análise documental, quanto em reuniões com a equipe de gestão dos departamentos, pudemos avaliar o nível de controle interno aplicado.

Nessa senda, o grande desafio que se apresenta ao CAU/MS é buscar desenvolver desde já uma cultura organizacional de excelência, focada em entregar às partes interessadas um produto ou serviço de alto valor agregado, prezando sempre pelos princípios que regem a administração pública.

Assim, é imperioso que a governança da autarquia implemente e desenvolva ações efetivas para, a partir de mapeamento dos processos inerentes à atividade do Conselho, se busque identificar os riscos a que se está submetido, a fim de que sejam implementadas ações de controle que visem a mitigar a

probabilidade desses riscos se materializarem e garantam o alcance dos objetivos estratégicos por parte do CAU/MS.

2.2 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 2021, sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da "matriz de risco" considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO
Orçamentário
Fiscal
Estratégico
Reputação
Integridade
Operacional
Gestão
Regulação
Processos
Licitações
Recursos Humanos
Contábil
Serviços
Fornecedores
Despesas
Receitas

IMPACTO		Matriz de Riscos				
Grande	5	5	10	15	20	25
Relevante	4	4	8	12	16	20
Moderado	3	3	6	9	12	15
Pequeno	2	2	4	6	8	10
Insignificante	1	1	2	3	4	5
		1	2	3	4	5
		Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
		< 10%	>=10%<= 30%	=30%<= 50%	=50%<= 90	>90%
		PROBABILIDADE				

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	**Descritiva**	**Impacto**
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

3.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **83,34%** do saldo total do ativo considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃ	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	**3.133.365,25**	**83,34**	**2.083.168,26**	**76,05**	**Alto**	**Alto**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.893.112,15**	**50,35**	**1.044.183,59**	**38,12**	**Alto**	**Alto**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA	1.893.112,15	50,35	1.044.183,59	38,12	Alto	Alto
BANCOS C/MOVIMENTO	1.902.250,54	50,60	1.044.183,59	38,12	Alto	Alto
DISPONIVEL TRANSITÓRIO	-9.138,39	-0,24	0,00	0,00	Baixo	Alto
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	**1.229.638,90**	**32,71**	**1.036.435,69**	**37,84**	**Alto**	**Relativo**
CRÉDITOS A RECEBER DO EXERCÍCIO	959.432,07	25,52	860.671,63	31,42	Alto	Relativo
CRÉDITOS A RECEBER DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.554.731,30	67,95	1.980.992,57	72,32	Alto	Alto
() AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-2.284.524,47	-60,76	-1.805.228,51	-65,90	Alto	Alto
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	**10.614,20**	**0,28**	**2.548,98**	**0,09**	**Baixo**	**Alto**

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo saldo responde individualmente por aproximadamente **50,60%** do total do ativo da entidade, sendo, portanto, uma rubrica significativa do disponível e do resto do Balanço Patrimonial como um todo.

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃ	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	**3.133.365,25**	**83,34**	**2.083.168,26**	**76,05**	**Alto**	**Alto**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.893.112,15**	**50,35**	**1.044.183,59**	**38,12**	**Alto**	**Alto**
BANCOS C/MOVIMENTO	1.902.250,54	50,60	1.044.183,59	38,12	Alto	Alto
DISPONIVEL TRANSITÓRIO	-9.138,39	-0,24	0,00	0,00	Baixo	Alto

- ✓ **Controles Internos**
  As contas de depósitos ou de aplicações, mantidas junto às instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das

flutuações normais do lapso temporal entre os avisos de recebimentos, de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

- ✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos envolveu os controles internos na área contábil e a validação de 100% dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

Além do estudo e avaliação efetuados na movimentação dos bancos, solicitamos confirmação dos saldos através de Carta Circularização às instituições financeiras custodiantes de ativos da autarquia.

- ✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

Relativamente aos saldos de disponibilidades da CAU/MS, especificamente às Aplicações Financeiras, verificamos que os valores são mantidos predominantemente em produtos financeiros como aplicações indexadas pelo CDB/CDI e fundos de investimentos. A rentabilidade dos últimos 12 meses das contas foi de 1,25% ao ano (BB RF CP Automático), e 1,55% a.a (BB RF Solidez Absol). Juntos, os saldos das duas aplicações chegam a quase dois milhões.

Portanto, salientamos aos gestores dos recursos financeiros em relação ao desempenho/rentabilidade de suas aplicações quando comparadas à taxa referencial de juros (SELIC).

Chamamos atenção, ainda, para o fato da conta “1.1.1.1.3.01.01 - Disponível Transitório” apresentar saldo credor de R$ 9.138,39, contrariando as contas dessa natureza.

- ✓ **Opinião**

Os controles existentes nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

Recomenda-se a análise contínua das posições dos investimentos e dos desempenhos dos produtos aplicados em contraposição às alternativas no mercado com mesmo grau de risco e liquidez. Atendendo à política interna de risco/retorno da entidade sobre as aplicações financeiras.

3.1.2 Créditos a Receber em Curto Prazo

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à "Contribuições a Receber" e "Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física".

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃ	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	**3.133.365,25**	**83,34**	**2.083.168,26**	**76,05**	**Alto**	**Alto**
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	**1.229.638,90**	**32,71**	**1.036.435,69**	**37,84**	**Alto**	**Relativo**
CRÉDITOS A RECEBER DO EXERCÍCIO	959.432,07	25,52	860.671,63	31,42	Alto	Relativo
CRÉDITOS A RECEBER DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.554.731,30	67,95	1.980.992,57	72,32	Alto	Alto
() AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-2.284.524,47	-60,76	-1.805.228,51	-65,90	Alto	Alto

- ✓ **Procedimentos de Auditoria**

  Analisamos a progressão dos saldos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido grupo contabiliza importantes operações vinculadas aos Recursos Financeiros a Receber.

  Solicitamos ao Regional os documentos e/ou controles auxiliares relacionados às seguintes informações:

  1. Registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiros dos profissionais inscritos no Conselho;
  2. Razão Contábil e documentação de controle da arrecadação e recolhimento das receitas, discriminando e segregando os exercícios de origem;
  3. Cálculos e remessas da Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções realizados pelo Regional, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os do Conselho Federal;
  4. Relação contendo nome e números de registro de profissionais inscritos na Dívida Ativa, discriminando composição e data do valor devido.
  5. Controle relativo à inadimplência, à inscrição da Dívida Ativa, à execução fiscal e renegociações de débitos/dívidas;
  6. Relação de contas/créditos de anuidade a receber em atraso por idade do crédito de até 30, 60, 90, 120, 180, 365 dias; e, 2, 3, 4, e 5 anos, respectivamente, bem como renegociações de débitos/dívidas ocorridas no exercício.

- ✓ **Constatações**

  Preliminarmente, fizemos a verificação dos lançamentos contábeis básicos a fim de avalizar os saldos iniciais de Créditos a Receber consignados no grupo e identificar a correta transposição dos saldos contábeis (relativos a 2020) para as contas de Anuidades de Exercícios Anteriores, liberando as contas de anuidades do exercício para receber os valores do orçamento corrente (2021), conforme emissão dos boletos no sistema SICCAU.

O que constatamos é que o Regional vem aplicando a técnica correta, conforme é possível identificar nas movimentações ocorridas nas contas, demonstrada a seguir:

Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
1.1.2.1.1.01 - CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO	860.671,63D	1.747.937,64	1.649.177,20	959.432,07D
1.1.2.1.1.01.01.01 - Pessoa Física	613.379,94D	1.391.563,66	1.318.714,95	686.228,65D
1.1.2.1.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	247.291,69D	356.373,98	330.462,25	273.203,42D
1.1.2.2.1.01 - CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.980.992,57D	860.671,63	286.932,90	2.554.731,30D
1.1.2.2.1.01.01.01 - Pessoa Física	1.210.249,31D	613.379,94	245.478,69	1.578.150,56D
1.1.2.2.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	770.743,26D	247.291,69	41.454,21	976.580,74D

O que se observa na imagem acima, é que os saldos iniciais de Anuidades do Exercício, que na verdade se referiam ao exercício de 2020, foram devidamente transpostos para Anuidades de Exercícios Anteriores.

Também é possível obter a confirmação do procedimento descrito a partir da análise dos lançamentos registrados no Livro Diário, conforme observamos nos lançamentos nº 444 e 445, ambos no dia 02 de janeiro de 2021:

Data	Conta	Nº Lancto	Nº Proc	Débito	Crédito	Histórico
02/01/2021 00:00:00	1.1.2.1.1.01.01.01 - Pessoa Física	444		-	613.379,94	VALOR REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DE SALDO A RECEBER DE ANUIDADE DE PESSOA FÍSICA DE 2020, CONFORME RELATÓRIO DO SICCAU (RELATÓRIO 15 - PROFISSIONAIS), RECONHECIDO 80% DO VALOR TOTAL DEVIDO, JÁ DEDUZIDO A COTA PARTE DO CAU/BR (20%).
02/01/2021 00:00:00	1.1.2.1.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	445		-	247.291,69	VALOR REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DE SALDO A RECEBER DE ANUIDADE DE PESSOA JURÍDICA DE 2020, CONFORME RELATÓRIO DO SICCAU (RELATÓRIO 14 - EMPRESAS), RECONHECIDO 80% DO VALOR TOTAL DEVIDO, JÁ DEDUZIDO A COTA PARTE DO CAU/BR (20%).
02/01/2021 00:00:00	1.1.2.2.1.01.01.01.008 - Anuidades de Pessoa Física de Exercícios Anteriores	444		613.379,94	-	VALOR REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DE SALDO A RECEBER DE ANUIDADE DE PESSOA FÍSICA DE 2020, CONFORME RELATÓRIO DO SICCAU (RELATÓRIO 15 - PROFISSIONAIS), RECONHECIDO 80% DO VALOR TOTAL DEVIDO, JÁ DEDUZIDO A COTA PARTE DO CAU/BR (20%).
02/01/2021 00:00:00	1.1.2.2.1.01.01.02.008 - Anuidades de Pessoa Jurídica de Exercícios Anteriores	445		247.291,69	-	VALOR REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DE SALDO A RECEBER DE ANUIDADE DE PESSOA JURÍDICA DE 2020, CONFORME RELATÓRIO DO SICCAU (RELATÓRIO 14 - EMPRESAS), RECONHECIDO 80% DO VALOR TOTAL DEVIDO, JÁ DEDUZIDO A COTA PARTE DO CAU/BR (20%).

Já no trecho do Livro Diário abaixo também é possível identificar o lançamento contábil de reconhecimento da receita com anuidades de 2021 pelo fato gerador (lançamentos nº 442 e 443), o que está integralmente alinhado ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, que estabelece que, sob a ótica patrimonial, a receita deve ser reconhecida no momento do fato gerador, independente da execução orçamentária ou do ingresso de recursos financeiros.

Data	Conta	Nº Lancto	Nº Proc	Débito	Crédito	Histórico
02/01/2021 00:00:00	1.1.2.1.1.01.01.01 - Pessoa Física	442		700.607,30	-	DIREITOS A RECEBER (Receitas a realizar provisionadas de acordo com o Plano de Ação para o exercício social de 2021) - Originadas nesta data.
02/01/2021 00:00:00	1.1.2.1.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	443		110.712,95	-	DIREITOS A RECEBER (Receitas a realizar - Provisão para o ano calendário de 2021, de acordo com o Plano de Ação aprovado para o respectivo exercício social), originadas nesta data.
02/01/2021 00:00:00	4.2.1.1.1.01.01.01 - Pessoa Física - do Exercício	442		-	700.607,30	DIREITOS A RECEBER (Receitas a realizar provisionadas de acordo com o Plano de Ação para o exercício social de 2021) - Originadas nesta data.
02/01/2021 00:00:00	4.2.1.1.1.01.01.03 - Pessoa Jurídica - do Exercicio	443		-	110.712,95	DIREITOS A RECEBER (Receitas a realizar - Provisão para o ano calendário de 2021, de acordo com o Plano de Ação aprovado para o respectivo exercício social), originadas nesta data.

Destacamos que os valores de receitas realizadas registrados em Balanço Patrimonial (representados pela movimentação credora das contas de anuidades a receber) não estão conciliados com os valores de receita arrecadada, constantes nas contas de execução do orçamento. Especificamente em relação às Anuidades PF do Exercício, no balancete há movimento credor de R$ 1.318.714,95, enquanto a receita arrecadada no demonstrativo da receita é de R$ 722.533,96. Tal divergência pode estar sendo gerada pelos parâmetros de

contabilização aplicados, por exemplo, é possível que no sistema orçamentários as receitas sejam registradas pelo seu valor líquido, excluídas as cotas parte destinadas ao CAU BR.

Conta	Débitos	Créditos
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	1.137.401,81	1.137.401,81
6.2.1.1.1.02.01.01.001 - Pessoa Física - do Exercício	722.533,96	722.533,96
6.2.1.1.1.02.01.01.002 - Pessoa Física - do Exercício Anterior	245.788,12	245.788,12
6.2.1.1.1.02.01.01.003 - Pessoa Jurídica - do Exercicio	110.734,34	110.734,34
6.2.1.1.1.02.01.01.004 - Pessoa Jurídica - do Exercício Anterior	53.173,90	53.173,90
6.2.1.1.1.02.01.01.005 - Dívida Ativa PF - Principal	3.950,18	3.950,18
6.2.1.1.1.02.01.01.006 - Dívida Ativa PJ - Principal	1.221,31	1.221,31

Após analisar os saldos iniciais e a movimentação ocorrida nas contas de créditos a receber, passamos, então, à validação dos saldos finais, e esses, constantes no Balanço Patrimonial devem corresponder à situação da inadimplência do Conselho. Assim, confrontamos os saldos finais em contraposição ao Relatório de Valores a Receber, e verificamos que os controles estão conciliados com os saldos contábeis.

Informamos que o Regional não disponibilizou a metodologia, a memória de cálculo e as fontes de informações utilizadas para atualização dos saldos de Perdas Estimadas no Recebimento de Anuidades, o que nos impede de obter segurança razoável de que os saldos em 31 de dezembro se encontram livres de distorção.

✓ **Opinião**

Conforme descrevemos acima, as evidências obtidas na análise das anuidades a receber nos permitem obter segurança razoável de que os valores registrados se encontram livres de distorções. Entretanto, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para validar as perdas estimadas, embora a sua proporção em relação ao total de anuidades a receber tenha se mantido (cerca de 65%), o que nos permite afirmar que, as possíveis distorções não são relevantes para o conjunto das demonstrações contábeis.

3.1.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O grupo congrega valores diversos, não classificáveis nas demais contas do Ativo Circulante. Em sua maioria é composto por valores entregues à terceiros, cuja compensação ou prestação de contas se dará em até 12 meses.

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃ	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	3.133.365,25	83,34	2.083.168,26	76,05	Alto	Alto
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	10.614,20	0,28	2.548,98	0,09	Baixo	Alto

- ✓ **Procedimentos de Auditoria**
  Confrontamos de modo comparativo os valores de 2021 e 2020, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais e confrontamos as informações contábeis com os controles auxiliares.

- ✓ **Constatações**
  Os saldos mantidos guardam coerência com os controles auxiliares. Ressaltamos, entretanto, que os valores registrados nessas contas se trata de valores concedidos a terceiros, sobre os quais, no mais das vezes, ainda não há o direito adquirido por parte do beneficiário ou há necessidade de prestações de contas. Portanto, é possível que nos "ajustes de contas" realizados, sejam apurados valores a serem ressarcidos.

- ✓ **Opinião**
  Os controles internos relacionados aos valores registrados nas contas nos pareceram suficientes para mitigar os riscos relacionados.

3.2 Ativo Não Circulante

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n. º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **16,66%** da exposição ativa.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃ	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**626.358,68**	**16,66**	**655.993,38**	**23,95**	**Relativo**	**Baixo**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**5.366,14**	**0,14**	**58.747,33**	**2,14**	**Baixo**	**Alto**
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	5.366,14	0,14	58.747,33	2,14	Baixo	Alto
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	53.372,27	1,42	58.747,33	2,14	Baixo	Baixo
() AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-48.006,13	-1,28	0,00	0,00	Baixo	Alto
IMOBILIZADO	**620.992,54**	**16,52**	**597.246,05**	**21,80**	**Relativo**	**Baixo**
BENS MÓVEIS	575.140,59	15,30	541.505,55	19,77	Relativo	Baixo
BENS IMÓVEIS	490.930,29	13,06	490.930,29	17,92	Relativo	Nula
() DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	-445.078,34	-11,84	-435.189,79	-15,89	Relativo	Baixo

3.2.1 Realizável a Longo Prazo

Em relação aos valores de profissionais e empresas inscritos em **Dívida Ativa**, solicitamos ao Regional a relação contendo o número de registro e nome dos profissionais inscritos, assim como o total recebido no exercício sob análise, a fim de validarmos os movimentos registrados nas contas e seus respectivos saldos finais.

Conforme demonstrado abaixo, no exercício de 2021 houve uma movimentação credora nas contas de Dívida Ativa no total de R$ 5.375,06, que representa os recebimentos de valores de dívida ativa inscritos. Enquanto a ausência de registros devedores significa que no exercício de 2021 não houve novas inscrições em Dívida Ativa.

Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
1.2.1.1.3 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	58.747,33D	0,00	5.375,06	53.372,27D
1.2.1.1.3.01 - Decorrente de anuidades	58.747,33D	0,00	5.375,06	53.372,27D
1.2.1.1.3.01.01 - Decorrente de Anuidades PF (Ativo Não Circulante)	34.156,70D	0,00	4.153,69	30.003,01D
1.2.1.1.3.01.01.02 - Dívida Ativa Decorrente de Anuidades de Pessoas Físicas	34.156,70D	0,00	4.153,69	30.003,01D
1.2.1.1.3.01.02 - Decorrente de Anuidades PJ (Ativo Não Circulante)	24.590,63D	0,00	1.221,37	23.369,26D
1.2.1.1.3.01.02.02 - Dívida Ativa Decorrente de Anuidades de Pessoas Jurídicas	24.590,63D	0,00	1.221,37	23.369,26D

As informações constantes nos balancetes do Regional não estão suportadas pelos controles auxiliares. Como se nota abaixo, no controle das receitas, consta o recebimento de R$ 273.276,93 a título de Dívida Ativa no exercício sob exame.

CONTROLE DAS RECEITAS CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL					
QUADRO RESUMO DA COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES (2012 à 2020)					
PERÍODO	Competência 2012		Competências 2013 a 2020		TOTAL
	Anuidade Pessoa Física/ Dívida Ativa Anuidade Pessoa Física - Administrativo/ Judicial (2012)	Anuidade Pessoa Jurídica/ Dívida Ativa Anuidade Pessoa Jurídica - Administrativo/ Judicial (2012)	Anuidade Pessoa Física/ Dívida Ativa Anuidade Pessoa Física - Administrativo/ Judicial (2013 a 2020)	Anuidade Pessoa Jurídica/ Dívida Ativa Anuidade Pessoa Jurídica - Administrativo/ Judicial (2013 a 2020)	
	Valor Bruto	Valor Bruto	Valor Bruto	Valor Bruto	
jan/21	199,22	382,18	32.558,72	8.586,88	R$ 41.727,00
fev/21	516,50	86,67	21.099,94	4.087,99	R$ 25.791,10
mar/21	599,73	48,26	24.615,58	2.984,22	R$ 28.247,79
abr/21	193,02	26,59	20.786,68	999,29	R$ 22.005,58
mai/21	838,27	26,59	16.344,97	3.123,74	R$ 20.333,57
jun/21	285,75	352,63	18.402,41	2.338,80	R$ 21.379,59
jul/21	295,78	71,88	22.953,58	2.425,03	R$ 25.746,27
ago/21	220,90	50,22	18.963,44	4.382,01	R$ 23.616,57
set/21	160,89	57,12	16.351,55	1.857,46	R$ 18.427,02
out/21	164,32	46,29	11.745,71	1.782,70	R$ 13.739,02
nov/21	254,04	46,29	18.461,92	2.573,35	R$ 21.335,60
dez/21	221,76	26,59	9.144,62	1.534,85	R$ 10.927,82
TOTAL	3.950,18	1.221,31	231.429,12	36.676,32	R$ 273.276,93

Portanto, as evidências de auditoria indicam receitas efetivas com dívida ativa, indicando possível desencontro entre as informações contábeis e os controles de arrecadação. Tais constatações ameaçam, inclusive, a metodologia aplicada no reconhecimento das perdas com dívida ativa. Nota-se que o valor das perdas estimadas (R$ 48.006,13), representa quase 90% dos valores inscritos, o que indicaria uma baixa possibilidade de realização desses ativos, entretanto, os controles de arrecadação indicam recebimentos muito superiores aos registrados.

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **16,52%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco relativo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **3,98%** das transações que compõem a variação positiva de R$ 23.746,49, constatada no período sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃ	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**626.358,68**	**16,66**	**655.993,38**	**23,95**	**Relativo**	**Baixo**
IMOBILIZADO	**620.992,54**	**16,52**	**597.246,05**	**21,80**	**Relativo**	**Baixo**
BENS MÓVEIS	575.140,59	15,30	541.505,55	19,77	Relativo	Baixo
BENS IMÓVEIS	490.930,29	13,06	490.930,29	17,92	Relativo	Nula
() DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	-445.078,34	-11,84	-435.189,79	-15,89	Relativo	Baixo

- ✓ **Procedimentos de Auditoria**
  Selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

- ✓ **Constatações/Opiniões**
  Não houve o inventário físico em 2021 realizado por uma Comissão Inventariante, esse procedimento teve um relativo impacto em função da COVID-19. Inobstante as justificativas, faz-se necessário que haja um esforço para implementação das normas descritas no MCASP, para controle do imobilizado. É necessário realizar o inventário (imobilizado, estoque e intangível) da entidade, de modo a separar as perdas. Os bens que não estejam sendo utilizados e que não tenham valor, em virtude de serem inservíveis (obsoleto, quebrado, inutilizado, etc.), deverão ser baixados como perda diretamente em conta de resultado (VPD).

  Constatamos que os movimentos devedores nas contas do Imobilizado estão conciliados com a Relação de Bens Incorporados no exercício, assim como a ausência de movimento credor espelha, corretamente, que não houve baixas. Ambas as informações estão conciliadas com a execução orçamentária do Regional. Verificamos, ainda, que os saldos finais consignados nas demonstrações contábeis estão conciliados com a Relação Analítica do Acervo Patrimonial de Bens Móveis.

- ✓ **Opinião**
  Ainda que os controles internos tenham se mostrado suficientes, e que não tenham sido identificadas distorções entre os saldos contábeis e os controles auxiliares, destacamos a importância de serem realizados os inventários de Bens Móveis, mesmo que de forma

extemporânea, para constatação da existência física dos bens, da sua localização e de seu estado de conservação e, por conseguinte, para a validação dos saldos contábeis.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **5,2%** do saldo total do passivo, apresentando uma variação positiva de **R$ 186.708,39,** equivalentes a um aumento de **17,74%** em relação ao exercício anterior.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				RISCO DE	RISCO DE
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
PASSIVO CIRCULANTE	-352.053,45	9,36	-307.016,51	11,21	Baixo	Relativo
OBRIGAÇÕES TRAB, PREV E ASSIST. A PAGAR	-127.169,12	3,38	-137.905,77	5,03	Baixo	Baixo
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO	-1.884,33	0,05	-4.110,74	0,15	Baixo	Alto
PROVISÕES A CURTO PRAZO	-223.000,00	5,93	-165.000,00	6,02	Baixo	Alto

4.1.1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) e Provisões da Folha de Pagamento do CAU/MS.

- ✓ **Procedimentos de Auditoria**
  Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

- ✓ **Constatações**
  Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados. Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

  O grupo 2.1.1 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO destina-se ao registro das provisões com Férias e 13º Salário por competência. O saldo de provisão de 13º Salário no encerramento do exercício é nulo e o valor das férias está de acordo com as proporções de períodos aquisitivos cujo direito já foi adquirido por parte dos funcionários.

- ✓ **Opinião**
  Após aplicarmos os testes chegamos a conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2. Fornecedores

- ✓ **Procedimentos de Auditoria**
  Realizamos o teste no subgrupo de Fornecedores, demonstrando propriedade nos saldos apresentados.

- ✓ **Constatações**
  Constatamos que os saldos se referem às obrigações a pagar com fornecedores pelos bens adquiridos ou serviços prestados no curso normal das atividades do Regional, sendo que são classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano ou obrigações já vencidas.

  A manutenção de saldos no encerramento do exercício é consequência direta da vinculação do CAU/MS aos estágios da despesa pública (estabelecidos na Lei nº 4.320/64), e ao cronograma de desembolso ou programação financeira, o que leva, no mais das vezes, à inscrição das despesas empenhadas e não pagas em Restos a Pagar.

- ✓ **Opinião**
  Realizamos testes através de exame da documentação de suporte para os registros contábeis e não evidenciamos qualquer irregularidade, sendo que os saldos representam de forma apropriada a posição do grupo na data do balanço.

4.1.3. Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação decorrente de sentenças desfavoráveis à Fundação.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas devem ser efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TSP 03 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, nesta Norma o termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.

✓ **Constatações**
Contrapusemos as informações constantes nas demonstrações contábeis à Relação de Processos Judiciais, elaborada pela Procuradoria Jurídica do CAU/MS e constatamos que o valor provisionado se refere ao processo PJE n] 0024305-58.2017.5.24.0002, reclamante a Sra. Mariana Estrada Coelho, que se encontra em aguardando decisão de Recurso de Revista ao TST.

✓ **Opinião**
O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, os valores estão contabilizados de acordo com o que preconiza o normativo retro mencionado.

4.2 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **90,64%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo).

PASSIVO	SALDOS				RISCO DE	RISCO DE
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**-3.407.670,48**	**90,64**	**-2.432.145,13**	**88,79**	**Alto**	**Alto**
RESULTADOS ACUMULADOS	**-3.407.670,48**	**90,64**	**-2.432.145,13**	**88,79**	**Alto**	**Alto**
Superávit ou déficit do exercício	-975.525,35	25,95	-538.292,05	19,65	Alto	Alto
SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS DE	-2.432.145,13	64,69	-1.893.853,08	69,14	Alto	Alto
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-3.407.670,48	90,64	-2.432.145,13	88,79	Alto	Alto

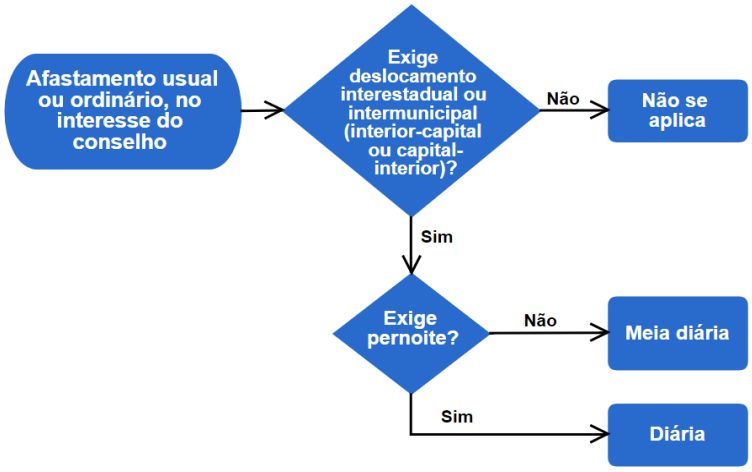
✓ **Opinião**
O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da entidade, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. DIÁRIAS

Diante da relevância do valor das despesas na rubrica "Diárias – Conselheiros/Convidados", avaliamos se o pagamento de Diárias está de acordo com o Normativo emitido pelo Conselho. Esquematizamos, de forma resumida, a regra para concessão de cada rubrica.

Diárias
O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação

e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)



✓ **Opinião**

Analisamos as despesas com diárias dos diretores do conselho, as análises foram efetuadas de acordo com o normativo interno e a legislação em vigor que trata do assunto. Os contorles internos nos pareceram suficientes para atender a necessidade de comprovação dos gastos analisados.

6. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- Analisamos as férias pagas;
- Constatamos que o Regional enviou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
- Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

- ✓ **Opinião**
  O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

7. Outros Assuntos

Verificamos a execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira foi correspondente ao planejamento anual, atentando para possíveis alterações do planejamento e se estavam de acordo com a Proposta Orçamentária.

Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos, de forma quantitativa e qualitativas da gestão.

- ✓ **Opinião**
  Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito as ações e metas, em acordo com o planejado. A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas.

8. Conclusão

O presente relatório composto de 22 (vinte e duas) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos e acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

Brasília/DF, 13 de março de 2023

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"DF

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-9 "S"DF

AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15° ANDAR
RECIFE - PE
CEP 50.050.290
(81) 3338.3525
www.audimec.com.br